



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VICTORIA RODRIGUES FRANCO

**ENTRE EDUCAR E CUIDAR: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA
FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO ESTRATÉGIA PARA
PROMOVER A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS, ABUSOS E O COMBATE À
DESINFORMAÇÃO.**

FORTALEZA
2023

VICTORIA RODRIGUES FRANCO

ENTRE EDUCAR E CUIDAR: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA
FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO ESTRATÉGIA PARA
PROMOVER A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS, ABUSOS E O COMBATE À
DESINFORMAÇÃO.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Pedagogia da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do
Ceará, como exigência parcial para
obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Sousa
Almeida

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F897e Franco, Victoria Rodrigues.

Entre educar e cuidar: a importância da educação sexual na formação de crianças e adolescentes como estratégia para promover a prevenção de violências, abusos e o combate à desinformação / Victoria Rodrigues Franco. – 2023.

45 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Ronaldo de Sousa Almeida.

1. Educação Sexual. 2. Currículo Escolar. 3. Formação Básica. I. Título.

CDD 370

VICTORIA RODRIGUES FRANCO

ENTRE EDUCAR E CUIDAR: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA
FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO ESTRATÉGIA PARA
PROMOVER A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS, ABUSOS E O COMBATE À
DESINFORMAÇÃO.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Pedagogia da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do
Ceará, como exigência parcial para
obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo de Sousa Almeida - Orientador
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Maria José Albuquerque da Silva – Examinadora
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Vanessa Campos de Lara Jakimiu - Examinadora
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida (minha mãe, minha irmã e minha avó) e ao meu namorado, que estão comigo desde o início dessa jornada, comemorando as pequenas e grandes conquistas da graduação e prestando apoio nos momentos difíceis. Dedico aos profissionais da educação, que lutam todos os dias para tornar o mundo um lugar melhor, com mais igualdade, mais justiça e mais amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a mim mesma, por ter perseverado mesmo quando tudo parecia pesado demais e desistir era a opção mais fácil.

À minha família, pelo suporte nos momentos difíceis e incentivo durante a graduação.

Ao meu namorado, que me apoiou desde a confirmação de matrícula em 2019, e esteve ao meu lado em todos os momentos.

Às professoras Dr^a. Maria José Albuquerque da Silva e Dr^a. Aline da Silva Sousa, pelas valiosas colaborações e sugestões, desde o projeto de pesquisa.

Ao professor Dr. Ronaldo de Sousa Almeida, pela excelente orientação.

Às professoras participantes da Banca examinadora Dr^a. Maria José Albuquerque da Silva e Dr^a. Vanessa Campos de Lara Jakimiu, pelo tempo concedido e pelas valiosas colaborações.

Aos meus colegas de graduação, que contribuíram direta e indiretamente na minha formação durante esses anos.

RESUMO

Este trabalho discute a importância da educação sexual no currículo escolar e os desafios de sua efetivação. No Brasil, a Educação Sexual é tida como um tabu, e apesar da sua previsão em documentos oficiais, nas escolas, a temática tende a não ser abordada por diversas razões. O objetivo deste trabalho é analisar o papel da educação sexual na formação de crianças e adolescentes, visando promover o cuidado e a proteção diante de violências, abusos e bullying praticados contra esses sujeitos. Propõe-se assim, apresentar reflexões a partir da análise de documentos e parâmetros curriculares, como BNCC (2017) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), assim como da bibliografia sobre a temática, em especial as discussões trazidas por Louro (2000); Fiorini (2020) e Casarotti (2023). Com base nas informações obtidas, pode-se observar que a educação sexual aplicada atualmente não contempla todos os aspectos inerentes à sexualidade humana, e dentre as dificuldades existentes, nota-se principalmente a propagação de desinformação sobre o tema, resistência ao debate em âmbitos político e social e a falta de capacitação dos educadores para lidar com o tema. Quanto aos ganhos no processo formativo, são observados em diversos campos do desenvolvimento humano, como prevenção de abusos e assédio, promoção de saúde física e mental, bem-estar, melhoria nos relacionamentos afetivos e comunicação, redução de estigmas e preconceitos. Por fim, é essencial que a educação sexual seja contemplada nas salas de aula, como temática transversal, de forma a garantir a formação plena dos educandos e assegurar direitos previstos constitucionalmente.

Palavras-chave: educação sexual; currículo escolar; formação básica.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of sex education in the school curriculum and the challenges of its implementation. In Brazil, Sex Education is considered a taboo, and despite its provision in official documents, in schools, the theme tends not to be addressed for several reasons. The objective of this study is to analyze the role of sex education in the formation of children and adolescents, aiming to promote care and protection in the face of violence, abuse and bullying practiced against these subjects. Thus, it is proposed to present reflections based on the analysis of documents and curricular parameters, such as BNCC (2017) and the National Curriculum Parameters (1998), as well as the bibliography on the subject, especially the discussions brought by Louro (2000); Fiorini (2020) and Casarotti (2023). Based on the information obtained, it can be observed that the sex education currently applied does not contemplate all the aspects inherent to human sexuality, and among the existing difficulties, it is mainly noted the spread of misinformation on the subject, resistance to the debate in political and social spheres and the lack of training of educators to deal with the theme. As for the gains in the training process, they are observed in several fields of human development, such as prevention of abuse and harassment, promotion of physical and mental health, well-being, improvement in affective relationships and communication, reduction of stigmas and prejudices. Finally, it is essential that sex education be contemplated in classrooms, as a transversal theme, in order to guarantee the full education of students and ensure rights provided for in the constitution.

Keywords: sex education; school curriculum; basic training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids/RJ
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECA	Estatuto da Crianças e do Adolescente
ECOS	Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana/SP
GTPOS	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual/SP
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O TEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO	14
2.1	Breve histórico da Educação Sexual no Brasil	15
2.2	A legislação vigente acerca da Educação Sexual	19
3	DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	23
3.1	A falácia da Ideologia de Gênero	23
3.2	A cultura conservadora e os equívocos no debate nacional	26
4	O IMPACTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE ALUNOS DA FORMAÇÃO BÁSICA	32
4.1	A educação formal crítica e reflexiva contra os equívocos	32
4.2	Educação Sexual: ganhos no processo formativo de crianças e adolescentes	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a importância sobre a temática da educação sexual na formação escolar de crianças e adolescentes e os desafios associados a essa efetivação. Busca analisar em que medida os conteúdos relativos à educação sexual aparecem nos documentos oficiais para a educação básica, bem como sua relevância no contexto escolar brasileiro. O conteúdo que contempla minimamente a educação sexual conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) está previsto somente para o 8º ano do ensino fundamental, não sendo observado em nenhum outro momento da vida escolar. O Brasil, apesar de ser considerado um Estado laico¹, tem forte influência das crenças religiosas, especificamente cristãs, e essa influência conservadora tenta impedir a temática na sociedade, e principalmente nas escolas. Quando falamos de educação sexual, nos referimos a temáticas além das relações sexuais, pois a educação sexual visa fornecer informações abrangentes e precisas sobre sexualidade, relacionamentos, cuidados com o corpo, consentimento, contracepção, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e questões de gênero.

A abordagem da educação sexual nas escolas brasileiras é fragmentada, como citado anteriormente, não há uma diretriz nacional para regular e orientar a temática nas escolas, portanto, fica a cargo dos estados e municípios o desenvolvimento de projetos ou atividades, o que pode levar a inconsistências e lacunas no ensino. Existem programas de saúde sexual e reprodutiva, criados pelo Ministério da Saúde, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher em 1983 e o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) em 1989, porém a atuação desses programas pode variar entre as regiões do País. Há também o Programa Saúde nas Escolas (PSE) que aborda mais questões referentes à sexualidade, foi criado em 2004 e sofreu duros ataques ao longo da sua implantação e principalmente no mandato presidencial de 2018-2022, com a limitação dos temas abordados no programa que limitaram-se

¹ Estado, país ou nação, que não admite a influência religiosa no seu modo de governar ou de conduzir as instituições públicas, não levando em consideração dogmas ou regras seguidas por doutrinas religiosas e/ou igrejas; Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estado-laico/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

somente à questões como obesidade e práticas de atividades físicas, mas está sendo retomado atualmente.

O que pode ser observado nesse breve panorama social, é que as iniciativas existentes referentes a educação sexual, se concentram no adolescente, mas infelizmente, as pesquisas e os dados estatísticos atestam que crianças são diariamente vítimas de assédios e exploração sexual, fruto da falta de informação, que, dentre outros fatores os tornam reféns dessa vulnerabilidade. Vale ainda destacar que estes sujeitos crescem e se tornam adolescentes e adultos que não conhecem a si mesmos, não conhecem e não respeitam a diversidade sexual e são submetidos a relações abusivas, principalmente pela por falta de conhecimento sobre o que caracteriza tais violências.

Durante a minha vida escolar, a única vez em que a sexualidade foi abordada em sala de aula, foi na aula de ciências, com a temática de reprodução e métodos contraceptivos, e ainda assim, a reprodução foi vista de forma meramente anatômica, com a professora explicando quais os órgãos sexuais e como ocorre o processo de fecundação. Nos anos finais do ensino fundamental, a diretora da escola em que estudava, fez uma roda de conversa com as alunas das turmas de oitavo e nono ano, para que ela pudesse conversar conosco sobre menstruação e o descarte correto do absorvente, o que não sanou muitas dúvidas e causou constrangimento em alguns colegas.

No ensino médio, não tive conteúdo sobre sexualidade, mas já me perguntava se aquele assunto não era necessário, pois via colegas começando a ter relações sexuais, a passarem por uma fase de autoconhecimento ao se reconhecerem como LGBTQIAP+, entre outros casos, e nesse período surgiram muitas dúvidas e nenhuma explicação segura, pois muitos buscavam informação com outros adolescentes que também não sabiam exatamente o que fazer, propagando um ciclo de desinformação e vulnerabilidade.

Ao ingressar no curso de Pedagogia, imaginei que no currículo obrigatório haveria disciplinas com essa temática, mas essa não é a realidade, o que me preocupa muito, pois a maioria dos que egressam do curso irão atuar em sala de aula sem ter visto durante a graduação o básico sobre educação sexual. Assim, considero imprescindível para a nossa atuação profissional o conhecimento mínimo acerca

dessa temática, pois iremos atuar com crianças ou adultos que passam por situações que atravessam a sexualidade, o ato de viver é atravessado pela sexualidade, e negar essa temática não vai mudar o fato de que ela existe e integra parte essencial da vida e da sociedade.

Minha criação é salva algumas exceções, resultado de gerações que não olhavam para essa temática e enxergavam o tema como tabu, por isso, não tivemos em casa, diálogos sobre menstruação, puberdade, relações sexuais, métodos contraceptivos e as orientações sexuais eram sempre tratadas de modo pejorativo. Busquei sozinha por informações e auxílio médico, mas sabia que nem toda informação que acessava, principalmente pela internet, era confiável, e enxergo em diversas gerações essa mesma vulnerabilidade, que os coloca em risco sob diferentes perspectivas. Portanto, como mulher e educadora, acho essencial trazer esse debate para as escolas de modo que não promova censura pela família e não cause constrangimento para os alunos.

A partir do que foi apresentado anteriormente, o objetivo da pesquisa é: Analisar o papel da educação sexual no currículo escolar do ensino fundamental nos anos iniciais. Para que possamos atingir esse objetivo geral traçamos objetivos específicos para auxiliar na construção desses dados, a saber: (1) analisar o tema da educação sexual previsto em documentos oficiais e parâmetros curriculares; (2) identificar as dificuldades e desafios enfrentados em relação à educação sexual na formação dos alunos e (3) evidenciar o impacto da educação sexual na formação de alunos;

A presente pesquisa tem caráter qualitativo pois visa estudar e analisar parâmetros educacionais e documentos existentes referentes à educação sexual, assim como a revisão de artigos e publicações em geral de autores estudiosos da temática. Este tipo de pesquisa tem por finalidade observar os significados e valores presentes nas relações que compõem a realidade a ser estudada de forma não quantificáveis, mas sim, com foco nos valores que fundamentam as ações dos sujeitos (MINAYO, 2002). Por ser uma revisão bibliográfica, para a pesquisa foi feita a revisão de livros teóricos, documentos, parâmetros educacionais, artigos científicos e revistas científicas com a temática de educação sexual e voltadas especificamente para o público que faz parte do ensino fundamental - anos iniciais.

A construção de dados, ocorreu por meio de revisão dos documentos e da literatura da temática, também analisamos o posicionamento dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais, desde parlamentares à professores atuantes na faixa de ensino do centro da pesquisa. A análise de conteúdo foi feita a partir do estudo de materiais e documentos referentes à temática da educação sexual, averiguando quais as proposições e limitações existentes no que já foi publicado, qual o viés ideológico dos documentos, quais as perspectivas apresentadas pelos setores de educação, saúde, direitos humanos e segurança relacionadas à temática.

Nesse sentido, o trabalho se utiliza das análises e reflexões dos seguintes autores: Bueno e Ribeiro (2018) e o retrospecto sobre a história da educação sexual no Brasil, Fiorini (2020) sobre a educação sexual na escola e análise sobre o currículo nacional, Casarotti (2023) no que se refere aos estudos sobre sexualidade na infância, Louro (2000) no referencial sobre a construção de identidades e na educação de corpos e da sexualidade “normal”, utilizamos também Teixeira e Birolli (2022) a partir da análise sobre o termo “ideologia de gênero” e a sua utilização no cenário político brasileiro e os documentos norteadores da educação e proteção infantil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1998), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

A partir disso, apresentaremos a seguir em capítulos, o tema da educação sexual no currículo escolar e como ele é abordado diante do currículo e políticas nacionais atuais, mostrando quais os impactos da educação sexual na formação de alunos do ensino fundamental – anos iniciais e apresentamos quais são as dificuldades e desafios enfrentados em relação à educação sexual na formação dos alunos.

2 O TEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO

De uma forma geral, podemos afirmar que o tema da Educação Sexual na escola é ainda considerado um tabu, em especial no contexto brasileiro. Nesse sentido, para compreendermos melhor essa trajetória, passando pela legislação e documentos legais. É essencial trazermos em primeiro momento o que é educação sexual, sexualidade e orientação sexual, pois apesar de possuírem definições diferentes são comumente confundidos e abordados em expressões e situações equivocadas.

A educação sexual é a formação para que o indivíduo possa viver sua sexualidade de forma consciente, com informações seguras e conhecimentos sobre si, seu desenvolvimento físico, emocional, sem tabus ou preconceitos. A educação sexual aponta diversos aspectos da sexualidade humana, e não somente as relações sexuais e afetivas. Já a sexualidade, é uma parte inerente do ser humano, construída ao longo da vida, envolve saúde e bem-estar do corpo, afetos, prazer, cuidados. A orientação sexual, são informações e conhecimentos sobre temas importantes relacionados à sexualidade, ressaltamos que essa definição de orientação sexual se refere ao que é apontado especificamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que será abordado neste trabalho.

Ao falarmos de currículo, é importante destacarmos que nossa compreensão se fundamenta numa concepção de educação como processo de desenvolvimento omnilateral do ser humano. Assim, os itinerários formativos consideram um conjunto das experiências formativas englobando o processo de ensino e aprendizagem, dentre os quais a Educação Sexual como tema transversal crucial a ser trabalhado na escola. Para tanto, apoiamo-nos em autores, tais como Saviani (2007), Moreira e Candau (2007) e Fiorini (2020). Além dos autores que compõem o arcabouço teórico da pesquisa, faz-se necessário analisarmos documentos oficiais que tratam sobre o tema em questão, tais como PCN (BRASIL, 1998) e BNCC (2017).

Moreira e Candau (2007, p.18) partem do entendimento do currículo como “as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas”. Nesse processo, cabe à instituição escolar

materializar as intenções educativas e os processos curriculares, sem colocar em xeque a sua importância no processo formativo dos alunos(as).

2.1 Breve histórico da Educação Sexual no Brasil

Para que possamos iniciar a discussão acerca da educação sexual nas escolas, é necessário revisitarmos alguns fatos marcantes na história da Educação no Brasil, em especial os primórdios de um pensamento conservador de cunho religioso, que se estende aos nossos dias, e que de alguma maneira influencia o debate público no país, e impacta o trabalho pedagógico dos professores(as) quando o assunto é a sexualidade. Para além disso, vale destacar também o processo de violências de toda ordem imposta aos colonos, indígenas e populações escravizadas, que sob o manto do pensamento conservador, eram imputados aos indivíduos.

A história do Brasil possui um grande marco, que é a invasão dos portugueses e colonização dessas terras, e a partir desse momento temos registros e dados sobre a violência que aqui ocorreu, dentre a elas, a violência sexual, principalmente contra mulheres escravizadas. Além disso, nesse período, a Igreja Católica já possuía grande influência sobre a sociedade. A história da miscigenação brasileira, é um estupro romantizado, pois as relações entre homens brancos e mulheres indígenas e negras, eram pautadas em subjugação e violência.

É fato que nesses períodos (Colonial e Imperial), não há registro de que tal tema tenha sido abordado nas poucas iniciativas educativas postas em vigor, de forma a proporcionar uma leitura crítica das realidades vivenciadas. Somente a partir da virada do século XIX para o XX, é iniciada a discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar, pela influência das concepções médico-higienistas aliadas as percepções e diretrizes do catolicismo. do século XIX (RIBEIRO, 2013). Nesse período, o debate era pautado na repressão de qualquer expressão de sexualidade, principalmente pelas mulheres, que deveriam ser educadas para se tornarem esposas e mães, e no combate às infecções sexualmente transmissíveis. “Na década de 20, o movimento feminista liderado por Berta Lutz tentou a implantação da educação sexual nas escolas, com o objetivo de proteção à infância e à maternidade” (RIBEIRO, 2013,

p. 11). Desde esse período podemos observar como a educação acerca da sexualidade, esteve ligada à concepção de corrupção infantil e feminina, pois as mulheres só deveriam ser iniciadas no sexo por seus maridos.

De acordo com Ribeiro (2013, p.12) “Nas décadas de 1940 e 1950, segundo Sayão (1997) e Guimarães (1995), não se tem conhecimento de trabalhos ou iniciativas de educação sexual, ainda devido ao controle do tema pela Igreja Católica, que dominava o sistema educacional.” Todas as iniciativas tomadas a partir da década de 1960 foram interrompidas pelo golpe de 64 em consequência da repressão e do moralismo vigente.

Em 1968, a deputada federal Júlia Steinbruck apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas do ensino fundamental e médio (então denominados primário e secundário) do país. A Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura foi radicalmente contra o projeto e o rejeitou. Os pareceres mostravam um caráter conservador e defendiam a inocência, a pureza e a castidade das crianças. (RIBEIRO, 2013, p. 12)., p.

A segunda metade da década de 1970 é marcada pelos esforços dos grupos feministas para a abertura de debate sobre educação sexual, pelos movimentos de controle populacional e pela mudança no comportamento sexual do jovem. Mas a educação sexual ainda era considerada como concernente à família e não prioritária no capô da educação pública, como afirmou a conselheira Edília Coelho Garcia em 1976, ainda assim em 1978, ressurgiu o debate público sobre a educação sexual e ocorre o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas. Daremos destaque à duas mulheres, Maria Helena Matarazzo e Marta Suplicy, ambas com formação específica na área da sexualidade, abriram a discussão nos meios de comunicação em massa, na rádio e televisão, respectivamente.

Na década de 1980 as escolas abriram espaço para o debate sobre sexualidade através de palestras, encontros e debates, motivadas pelo aumento dos índices de gravidez na adolescência, às infecções sexualmente transmissíveis e à Aids. Podemos observar que a pauta da sexualidade era sempre voltada ao campo da saúde, exemplo disso, são as instituições criadas na época, como a Associação Brasileira de Educação Sexual (EDUSEX) fundada por Haruo Okawara (ginecologista), Gilda Fucs (psiquiatra), Leon Francisco Lobo (pediatra) e Maria

Helena Matarazzo (socióloga). Sobre isso, Bueno e Ribeiro (2018, p. 54) asseveraram:

Com início em 1984 e término apenas em 1998, deu-se o projeto de Educação Sexual de mais longa duração, na cidade de Campinas, denominado Grupo de Trabalho para Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual, que inclusive passou a fazer parte da Lei Orgânica Municipal em 1990.

A década de 1990 teve grande impacto das Organizações Não Governamentais (ONGs) na área da sexualidade, por meio da atuação em escolas, capacitação de profissionais de educação e saúde, prestação de serviços de assessoria e consultoria e a produção de materiais educativos.

Ao longo da década de 90, várias prefeituras implantaram projetos de orientação sexual nas escolas, destacando-se os trabalhos desenvolvidos nas redes municipais de São Paulo e Porto Alegre. [...] Nesse período, várias instituições não-governamentais (ONGs) como ABIA, ECOS, GTPOS, entre outras passaram a produzir materiais educativos (vídeos, manuais, guias, etc.). (RIBEIRO, 2013, p. 13)

No ano de 1994, foi lançado o Guia de orientação sexual, por Marta Suplicy, o guia foi testado em algumas regiões do Brasil e afirmava como essencial o planejamento e as intervenções sistemáticas, assim como também defendia a importância da participação dos familiares, supervisão de profissionais e que o canal de comunicação acerca da sexualidade se mantivesse aberto com as crianças e adolescentes. “Em 1996, o projeto *Prevenção também se ensina: ação preventiva ao abuso de drogas/DST/AIDS* foi aplicado com crianças e adolescentes das escolas oficiais do estado de São Paulo” (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 55). Até esse ponto, o debate sobre sexualidade já era apresentado na rede aberta de televisão e em outros meios de comunicação e informação, mas não discutido nos lares, o que ainda caracterizava a temática como um tabu.

Em 1997, foi criado o Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Sexualidade (GPES), vinculado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no *Campus* de Marília, por Hugues Costa de França Ribeiro. E em 2000, Paulo Rennes Marçal Ribeiro criou o Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX), também vinculado à UNESP, no *Campus* de Araraquara. (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 55)

A partir de dados obtidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas em HIV/Aids (UNAids) para atualização e revisão de estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) no ano de 1999, Ribeiro (2013, p. 14) apresenta:

Entre outros aspectos, mostrou que: o comportamento responsável e seguro pode ser aprendido; a educação sobre sexualidade [...] não estimula aumento da atividade sexual; programas de qualidade ajudam a adiar a primeira relação sexual e a proteger os jovens das DST, da Aids e gravidez. Esse estudo também constatou que o início da educação sobre saúde sexual deve anteceder a atividade sexual.

Com o avanço da tecnologia, no fim da década de 1990, o acesso à internet permitiu que as pessoas buscassem informação com mais facilidade, porém, muitos conteúdos disponíveis na internet não são seguros e corretos, além disso, a possibilidade de relacionamentos proporcionados pelas salas de bate papo virtual, deram espaço aos aplicativos de relacionamento, e impactaram as formas de interação e relações interpessoais, esses espaços virtuais facilitaram e facilitam encontros e sexo casual, mas a geração que desfruta dos recursos não provém de uma Educação Sexual emancipatória e muitos transferem a fragilidade emocional e a carência afetiva para relacionamentos vazios e se frustram (BUENO; RIBEIRO, 2018). Vale ressaltar que, ainda que não haja indicação para a participação das crianças e pré-adolescentes em tais processos e perspectivas, as distorções de uso, as falsas informações, e o acesso as redes digitais sem monitoramento dos pais e responsáveis certamente trouxeram repercussões negativas para esses sujeitos.

Uma das medidas mais importantes a partir dos anos 2000, foi o Programa Saúde nas Escolas (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº6.286, de 5 de dezembro de 2007, o programa tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino, além disso, o programa também prevê capacitação dos profissionais da educação e saúde, gestores e da comunidade. Ressaltamos aqui o inciso XII do artigo 4º que especifica dentre as ações em saúde previstas no âmbito do PSE a promoção de saúde sexual e da saúde reprodutiva.

O PSE foi negligenciado nos últimos anos, os indicadores do programa foram reduzidos apenas a pautas sobre alimentação saudável, prevenção de obesidade e promoção de atividade física, em 2023 o programa teve recorde histórico de adesões, tendo, então, 99% das cidades brasileiras habilitadas ao recebimento do recurso de R\$90,3 milhões, conforme a portaria GM/MS nº 1.004 de 21 de julho de 2023. A partir dessa portaria, todas as temáticas poderão ser desenvolvidas novamente, incluindo, a prevenção a saúde sexual e reprodutiva.

2.2 A legislação vigente acerca da Educação Sexual

Em 1997, o Ministério da Educação (MEC) começou a distribuir o kit de livros dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que possuem um conjunto de temas, dentre eles a Orientação Sexual, considerado um tema transversal para o ensino fundamental.

A orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a elas associados. (BRASIL, 1997, p. 34)

Conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a sexualidade é parte integrante do ser humano, manifestando-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. (BRASIL, 1998). Além disso, “[...] tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas” (IDEM, IBIDEM, p. 11).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (2010), nos define a criança como um ser de direitos, e que dentro das atividades realizadas na educação infantil englobam-se diversas experiências e processos de aprendizagem como ser humano em desenvolvimento, com isso, a transversalidade das atividades, a promoção de experiências diversificadas são essenciais no desenvolvimento do ser social.

A Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017, é um documento de caráter normativo referente às aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. É dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Conforme apresentação da BNCC sobre seu compromisso com a educação integral, reconhece o papel da Educação Básica:

[...] assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2017, p. 14).

A primeira menção à sexualidade em documentos oficiais e parâmetros educacionais, é referente ao respeito que deve partir do professor e do respeito que deve ser desenvolvido pelos alunos para com terceiros. Na Educação Infantil (0 a 5 anos), a BNCC nos apresenta os direitos de aprendizagem, entre eles o “conhecer-se” se destaca quando fazemos o debate acerca da educação sexual, pois assim como outros conteúdos, a educação sexual deve ser trabalhada com progressão de complexidade, e inicia no conhecimento do próprio corpo e dentro dos campos de experiência “O eu, o outro e o nós” e “Corpo, Gestos e Movimentos” existem habilidades que se complementam e são voltadas para o conhecimento do próprio corpo, o respeito a si mesmo e aos corpos dos outros, a expressão a partir dele e nos hábitos de higiene que estão em desenvolvimento.

Conforme a BNCC, o ensino fundamental, há a divisão entre anos iniciais, compreendido do 1º ao 5º ano e anos finais, que é compreendido do 6º ao 9º ano. Nos anos iniciais há o destaque para a articulação com as experiências vivenciadas na educação infantil e as temáticas referentes ao corpo são voltadas para saúde e bem-estar, no 1º ano é previsto a identificação das partes do corpo humano e a suas funções e a preocupação com os hábitos de higiene. Nos anos finais, já é citado o cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. É possível destacar as habilidades previstas para o 8º ano do ensino fundamental:

[...] **(EF08CI08)** Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da

gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).²

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (BRASIL, 2017).

A BNCC defende que uma das finalidades do ensino médio é o aprimoramento do educando como pessoa humana, mas a partir da análise dos conteúdos previstos é notável que após o ensino fundamental a escola não é incentivada a abordar as temáticas centradas no conhecimento e respeito ao próprio corpo e aos corpos dos outros, nas sexualidades, identidades de gênero, orientação sexual, relações sexuais e demais temáticas inerentes à educação sexual. Outro ponto que destacamos da BNCC é que o debate acerca do corpo e das sexualidades é centrado no ensino de ciências, dentro da educação física e das artes é notável o trabalho com o corpo, mas somente com enfoque na promoção de saúde, na execução de ginástica e esportes diversos e na utilização do corpo como meio de expressão artística.

Logo, o desenho que se tem acerca da educação sexual na educação básica atualmente, é de um projeto dentro de conteúdos específicos, que não é trabalhado de forma transversal entre as áreas de conhecimento, e é restrito. O trabalho referente ao corpo desenvolvido na educação infantil não permite que as crianças conheçam o próprio corpo de forma completa, somente os membros tidos como principais, e quando trabalhamos o desenvolvimento da autonomia das crianças nos momentos de higiene, é necessária uma coordenação e conversa com elas desde bem pequenas sobre o respeito às suas regiões íntimas.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o que a BNCC nos apresenta é a continuidade do trabalho realizado na educação infantil, com um maior nível de complexidade, a partir do momento em que as crianças sejam capazes de identificar as partes do corpo, de forma gráfica, ou seja, a partir de uma imagem. Os cuidados com a higiene e o bem-estar são progressivos, pois as crianças já possuem maior

² A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist#:~:text=As%20Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis%20\(IST,uma%20pessoa%20que%20esteja%20infectada](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist#:~:text=As%20Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis%20(IST,uma%20pessoa%20que%20esteja%20infectada). Acesso em: 01 set. 2023.

autonomia quanto à responsabilidade do cuidado do próprio corpo. Nos anos finais, o trabalho aborda a sexualidade com foco na reprodução humana, e quando cita em apenas uma habilidade o debate acerca dos aspectos da sexualidade, não é específico, assim como em outras habilidades, o que pode e deve ser trabalhado, como identidade de gênero, orientação sexual, discussões sobre assédio e violência sexual, entre outros. E após as habilidades citadas no 8º ano, não temos mais nenhuma informação acerca da temática dentro da formação básica. É importante destacar que:

Visando uma Educação Sexual emancipatória, é preciso que as escolas oportunizem momentos de diálogos e se envolvam em projetos, nos quais, os próprios gestores possam se mobilizar a ver a relevância e importância que o tema apresenta na vida das pessoas." (BUENO, RIBEIRO, 2018, p. 55).

Para virar o jogo da desinformação e para a quebra de tabus, defendemos que a educação formal possa cumprir o seu papel emancipador sobre esse tema, com a participação de todos os seguimentos escolares, a partir de um debate pautado por uma abordagem crítica e reflexiva.

3 DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

A educação sexual nas escolas brasileiras enfrenta uma série de dificuldades e desafios, que refletem tanto questões estruturais quanto sociais, podemos observar que alguns desses desafios são a falta de um currículo nacional unificado, pois a decisão de como abordar a temática fica a cargo de estados e municípios, o que pode resultar em inconsistências na qualidade e abrangência do ensino, e influência também na formação de educadores e na falta de recursos adequados para o ensino.

Há também uma resistência cultural e religiosa, a temática é considerada um tabu e, portanto, não é debatida abertamente. Como apresentado anteriormente, desde o período de colonização, o Brasil é um país que sofre grande influência da religião, principalmente de matriz cristã, e existem alguns grupos conservadores retrógrados que repudiam a sexualidade e a educação sexual nas escolas.

As dificuldades para abordar a temática, principalmente no espaço escolar, permitem a propagação de mitos e desinformação, o que pode resultar em comportamentos de risco, um dos exemplos de desinformação mais conhecido e discutido atualmente é a concepção de ideologia de gênero, que iremos apresentar a seguir.

3.1 A falácia da Ideologia de gênero

A primeira dificuldade encontrada no Brasil é a negação da temática por parte dos parlamentares, existe atualmente na Câmara dos Deputados e em diversos órgãos e entidades governamentais um movimento contra a chamada “ideologia de gênero”, que é representada em grande parte por homens, católicos e evangélicos, filiados à partidos de direita e que se descrevem como defensores da família e da moral. A concepção equivocada de que gênero é uma ideologia pregada pelo movimento político de esquerda, muito discutida nas últimas décadas, que busca desvirtuar uma suposta verdade sobre os comportamentos, gêneros e sexualidade, é o primeiro erro dentre vários que são cometidos por esses defensores. O termo

ideologia de gênero não surgiu no Brasil e possui ligação direta com a Igreja Católica, conforme citam Teixeira e Biroli (2022, p. 2):

A “ideologia de gênero” fez sua primeira aparição em um documento oficial da Igreja Católica, intitulado “La ideologia de gênero, sus peligros y alcances³” (1998), assinado pelo Mons. Oscar Alzamora Revoredo, à época bispo auxiliar de Lima, em um informe da Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana. Mas é na segunda década do século XXI que sua circulação se expande para além das disputas nos organismos internacionais das publicações de intelectuais católicos conservadores (FAÚNDES, 2019) e dos documentos da Santa Sé.

Desde então, movimentos políticos e sociais aderiram ao termo como um recurso de estratégia política para a ascensão dos partidos conservadores. Em tese, ideologia refere-se à um conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc., de um indivíduo ou grupo de indivíduos, que embasam suas visões de mundo e dos indivíduos na sociedade. Todas nós operamos a partir de modelos ideológicos. O problema é quando um grupo se utiliza desse arcabouço como justificativa para criação de projetos de lei, decretos legislativos, requerimentos e afins que visam censurar o tema, negando a diversidade e as diferentes formas de ser, sentir e estar no mundo, principalmente utilizando as escolas para essa propagação.

Quando abordamos as questões de gênero, precisamos compreender corretamente as definições existentes, sendo elas, a identidade de gênero que diz respeito à experiência interna e individual relacionada ao gênero com o qual a pessoa se identifica, a orientação sexual que é por quem a pessoa sente atração física, sexual ou romântica, a expressão de gênero que é a forma como a pessoa se expressa para a sociedade conforme a sua identidade de gênero e o sexo biológico que são as características físicas do sexo com o qual a pessoa nasce, refere-se à genitália. Logo, a concepção de ideologia de gênero que estabelece normas e padrões tidos como únicos e verdadeiros é errônea e ofensiva.

Assim, a concepção equivocada de ideologia de gênero defendido por conservadores anacrônicos é considerada uma ameaça à inocência e pureza das crianças, assim como toda temática inerente à educação sexual. As pessoas que acreditam na ideologia de gênero nesses moldes, afirmam que as crianças ao serem educadas sobre sexualidade, se tornarão homoafetivas em razão disso, revelando um

³ Ideologia de gênero, seus perigos e alcance.

total desconhecimento de como se constrói de fato a sexualidade, nesses casos, percebe-se a falta de conhecimento mínimo dos adultos em relação a orientação sexual e identidade de gênero, pois não é possível escolher se tornar hétero, gay, pansexual etc.,

Como está descrito no próprio termo, é uma orientação e não opção, cuja construção legítima se dá através do encontro de pelo menos três dimensões: o social, o psicológico e o biológico. Percebe-se também como esse repúdio ao tema está ligado à homofobia, pois há um receio tão grande que as crianças sejam influenciadas e não sejam heterossexuais.

Quando realizamos uma retrospectiva na história brasileira, especificamente, observamos que a homossexualidade sempre foi um motivo de preconceito e segregação. Termos como “imoral, bichinha e invertido” eram comumente utilizados de forma pejorativa e com o objetivo de ofender os indivíduos homoafetivos. Ter relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo, era motivo de vergonha na sociedade, e não somente isso, por muitos anos a homossexualidade, antes denominada homossexualismo, era considerada uma doença pela OMS. Em 1981, o Grupo Gay da Bahia⁴ iniciou uma campanha nacional junto à sociedade civil, psicólogos e psiquiatras pela despatologização da homossexualidade, a vitória veio em 1985, com decisão favorável do Conselho Federal de Medicina, ressaltamos que a despatologização da homossexualidade no Brasil, ocorreu cinco anos antes de a OMS retirar a homossexualidade da lista de doenças. E mesmo com essa conquista, a homofobia segue até os dias atuais. Para Louro (2000, n.p):

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (Louro, 1997, 1998). Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso.

⁴ Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. Disponível em: <https://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/grupo-gay-da-bahia-ggb/>. Acesso em 15 set. 2023.

A educação voltada para a heteronormatividade⁵, é praticada nas escolas e tida como normal, podemos observar na sociedade, falas como a da Ex-Ministra Damares Alves, responsável pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, criado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), que afirma em vídeo⁶ divulgado nas redes sociais que “menino veste azul e menina veste rosa”, esta é uma reafirmação de gênero imposta por adultos, que desde o nascimento das crianças, ou até mesmo durante a gestação, impõem práticas pautadas nos gêneros feminino e masculino e tendo como princípio somente o órgão genital, algumas práticas que podemos citar são: definir que cores a criança pode vestir, quais roupas podem usar, de quais brincadeiras pode participar, na atividade física, meninos jogam futebol e lutam artes marciais e meninas praticam balé. Essas imposições causam o que é chamado de heteronormatividade compulsória, aonde os indivíduos se sentem pressionados a agirem de “forma correta e adequada” a partir do que é feminino ou masculino.

3.2 A cultura conservadora e os equívocos no debate nacional

Como abordado anteriormente, na história do Brasil, podemos perceber a influência do movimento conservador nos debates políticos e sociais, e o conservadorismo é uma filosofia social que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização. O movimento conservador nacional está comumente ligado ao cristianismo, porém, muitas falas e posicionamentos de representantes do movimento conservador são completamente opostas ao que o cristianismo prega, pois há dentro desse grupo, um discurso de ódio voltado para qualquer diversidade social. Conforme cita Lopes (2000, n.p):

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros.

⁵ Heteronormatividade é um conceito ou ideologia de que somente relacionamentos heterossexuais (entre pessoas de sexos opostos) são normais ou corretos, sendo que o homem e a mulher desempenham naturalmente papéis diferentes numa sociedade. [Por extensão] é uma perspectiva que exclui ou marginaliza as orientações sexuais que se diferem da heterossexual. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/heteronormatividade/>. Acesso em 20 out. 2023.

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 22 out. 2023.

Eles falam por si e também falam pelos “outros” (sobre os outros), apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos.

Ressaltamos aqui, que consideramos importante a pluralidade intelectual e a diversidade ideológica em uma sociedade democrática, ser conservador é um direito, que deve ser preservado, assim como ser integrante de qualquer outra corrente política é uma escolha que só diz respeito ao indivíduo, porém, quando determinadas concepções e ações, independente do movimento político ao qual pertencem, ameaçam os direitos fundamentais da pessoa humana, estes devem ser analisados com cautela e combatidos para que todos os direitos (sociais, civis e políticos) previstos na constituição e em outros documentos sejam assegurados.

As eleições presidenciais de 2018 evidenciaram a parcela conservadora existente no país e ao mesmo tempo, o quão agressivas e opressoras são as falas de muitos representantes desse movimento. Muitos integrantes do movimento conservador se opõem à educação sexual e qualquer temática referente à sexualidade, utilizando como respaldo o ataque à moral e os bons costumes, e como argumento para a oposição à educação sexual para crianças, afirmam que a temática corrompe a inocência infantil, incentiva a promiscuidade e o início precoce das relações sexuais, equívocos já esclarecidos por toda a literatura científica e educacional produzida por estudiosos da temática.

Além de desejarem impedir a educação sexual e qualquer conteúdo que remeta à instrução sobre sexualidades, temos exemplos que mostram que a simples menção a esses termos em sala de aula, é motivo de preocupação por governantes, Teixeira e Biroli (2022, p. 16) nos apresentam, por exemplo:

Cabo Daciolo (PATRIOTA-RJ) é autor da PL 10.577/2018, que propõe a vedação dos termos “gênero” ou “orientação sexual” das políticas de ensino, do currículo escolar e de atividades culturais em todas as dependências de instituições educacionais em âmbito municipal, estadual e federal. Na justificativa do projeto, Daciolo afirma que a orientação sexual é um comportamento adquirido por ausência de referencial paterno ou materno, e/ou como resultado de práticas estimuladas por pedófilos que buscam perverter as crianças. Segundo o parlamentar, seus argumentos não são apenas espirituais, mas firmados em dados científicos comprovados, apesar de não fazer nenhuma referência sobre a origem dos supostos dados no documento.

Um mecanismo comumente utilizado é a deturpação de informações, notícias, propostas de projetos e programas para causar pânico moral na sociedade, principalmente na parcela de pessoas que já possuem ideias alinhadas a esses governantes e influenciadores. Um exemplo que podemos apresentar é a denominação “kit-gay” que foi atribuída ao material didático que foi desenvolvido em 2011 a partir do Programa Brasil sem Homofobia⁷, que tinha como objetivo combater a violência e a discriminação contra a população LGBTQIAP+ e promover o reconhecimento da diversidade sexual e da cidadania LGBTIAP+, o kit continha, além do material didático, boletins informativos e vídeos. Quando os materiais estavam prontos para serem impressos, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto, a pressão social causada por esse pânico moral foi tão forte que o governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto.

Também podemos apresentar um exemplo referente à resistência sobre a temática, sendo o Projeto de Lei (PL) 7.180/2014, apresentado pelo Deputado Federal Erivelton Santana (PSC/BA), com o objetivo de alterar o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996 (LDB) que determina os princípios do ensino, incluindo entre eles o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. A partir deste PL podemos notar não somente a resistência por parte de políticos e parlamentares, mas também a inclusão da família de forma invasiva no processo educacional, famílias essas que estão sob influência do “pânico moral”, que é uma das estratégias utilizadas por esse movimento para censurar e impedir a temática sexual nas escolas.

As distorções cometidas no debate político são um reflexo da sociedade, pois existe uma parcela muito grande que acredita nessas concepções equivocadas e tentam impedir a educação sexual nas instituições escolares, pois isso significaria proteger às crianças. Isso nos leva a refletir sobre outra problemática, o envolvimento familiar no processo educacional. É muito importante que a família esteja envolvida no processo educativo e que haja parceria entre família e escola, mas é muito importante que cada núcleo tenha consciência do seu papel e dos seus limites quanto

⁷ Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual lançado em 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 25 out. 2023.

ao desenvolvimento da criança. Conforme a LDB (1996) nos apresenta no “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” É importante que as atuações da família e do Estado sejam conjuntas, mas não que uma ultrapasse a atuação da outra. Ao discutirmos sobre o limite da atuação familiar sobre a educação que os filhos recebem na escola, temos pontos de vista diversos, muitos acreditam que os pais têm o total direito de determinar o que a criança pode ou não aprender, e a justificativa para isso está no que Teixeira e Biroli (2022, p. 16) apontam:

Em linguagem secular ou abertamente religiosa, entre católicos e evangélicos envolvidos na campanha contra a chamada “ideologia de gênero”, a justificativa da autoridade “natural” da família na criação dos filhos vem atrelada à ideia de que existe uma ameaça às famílias e às crianças, à qual é necessário reagir.

Infelizmente, se tornou comum a violência contra professores e demais profissionais da educação, muitos responsáveis discordam da metodologia dos professores e por vezes desejam ditar como os professores deveriam atuar em sala de aula e quais os conteúdos que deveriam ser lecionados na escola. Portanto, a interferência familiar, (ainda que com ‘boas intenções’, mas sem o amparo de informações e dados científicos de estudiosos da área), por vezes, é prejudicial, pois impede que as crianças tenham acesso à educação e informação segura e de qualidade. Em pesquisa realizada com professores da cidade de Marília (São Paulo), Fiorini (2020, p. 160 - 162) sintetiza que:

Diante de todas as suas dificuldades, a autonomia do/a professor/a em lidar com temas como a sexualidade encerra-se na preocupação em causar conflitos e se equivocar. Inseguro/a com seu trabalho, prefere não contestar e permanecer reproduzindo o tabu [...] outros fatores mencionados no decorrer das entrevistas também merecem atenção. O/A professor/a aponta o currículo e as avaliações externas como aspectos que dificultam o trabalho com o tema da sexualidade, opta-se por abandonar outros que realmente fazem parte do currículo daquele ano.

O debate nacional sobre a educação sexual, afeta diversas camadas da sociedade e os professores estão inclusos nessa esfera. É importante recordar que o profissional, independente da área de formação e atuação é formado a partir de experiências nos campos pessoal e profissional. Os professores são responsáveis por

um papel muito importante, a educação e formação de pessoas, portanto, é essencial que estes, apesar de ressalvas pessoais, sejam profissionais abertos a discutir a temática. Essa barreira que alguns profissionais impõem contra a temática, a falta de uma política nacional que regule o ensino e a discussão referente a educação sexual, ocasionam na falta de capacitação dos profissionais, o que é mais um empecilho na execução de projetos e discussões referentes à sexualidade na educação básica.

Conforme citamos anteriormente, os PCNs preveem a temática de forma transversal, e o que podemos observar, a partir deste exemplo, é que a transversalidade é entendida e pode ser trabalhada como conteúdo opcional, e é realizada uma sobreposição das disciplinas e conteúdos considerados mais importantes (FIORINI, 2020, p. 135), tanto por serem aprendizados exigidos em avaliações externas, quanto por possuírem uma estruturação de currículo escolar, que por vezes limita o trabalho docente, que segue o currículo de forma rigorosa e inflexível.

Além dos pontos já apresentados acima, o debate nacional sobre a temática já dura anos e pode levar ainda mais para que seja colocado em prática, o que pode causar outra problemática, que é a desatualização de informações. Estamos na era da tecnologia e informação, e com a internet, o acesso à informação é instantâneo, mesmo as informações equivocadas, e a produção de materiais para serem utilizados em sala de aula, sendo a maioria impressos, podem ser defasados, pois constantemente a discussão sobre sexualidade levanta novas questões e problemáticas, formaliza novas concepções e atualiza dados.

Podemos apontar características da denominada geração Alpha⁸, nascidos a partir da década de 2010, parte dessa geração não somente lê e estuda, mas vive a temática de forma mais aberta, e que constantemente levanta, principalmente entre seus pares, o debate sobre sexualidade, para que possam se entender, conhecer e respeitar a si mesmas e seu desenvolvimento e para que possam entender e respeitar todos ao seu redor. Ao mesmo tempo podemos também afirmar que um contingente grande desses adolescentes e jovens ainda não tem acesso a informações técnicas

⁸ Denominação de geração de pessoas nascidas a partir de 2010, criada por pesquisadores e estudiosos da área de Marketing. Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2023/05/28/geracao-x-millennials-babyboomer-entenda-o-significado-dos-termos.ghtml>. Acesso em 15 dez. 2023.

e científicas, e/ou não aprendeu a buscá-las nas mídias digitais, e cabe a escola (sobretudo no âmbito público) ser esse espaço de difusão de informações corretas e adequadas, na medida em que combate as *fake news*⁹. E conforme já sinalizado ao longo desse trabalho, no que concerne as séries iniciais do ensino fundamental, é crucial uma formação de professores(as) numa perspectiva crítica para abordar tais questões de maneira adequada.

⁹ Fake News Notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fake-news/>. Acesso em 01 nov. 2023.

4 O IMPACTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE ALUNOS DA FORMAÇÃO BÁSICA

Ao discutirmos sobre o impacto da educação sexual na formação de alunos do ensino fundamental – anos iniciais, é necessário conhecer a realidade dessas crianças, para além de analisar o que tem sido feito, propor novas políticas de proteção e educação. Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), no Brasil foram registrados em média 130 casos de estupro de crianças e adolescentes por dia em 2022, e quando buscamos quem é o agressor, em 82,5% dos casos são pessoas conhecidas das vítimas, sendo principalmente pais, padrastos, irmãos, primos e avós. Em muitos desses casos, a violência pode durar anos, pois o abusador se apoia na ignorância dessas crianças acerca da sexualidade e do que caracteriza uma violência.

Para a Organização Mundial de Saúde é caracterizada como gravidez na adolescência toda gestação que ocorre até os 19 anos de idade. Conforme dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)/DATASUS/Ministério da Saúde (2023) “No Brasil, 6.118.205 bebês nasceram de mães adolescentes no período de 2008 a 2019, sendo 296.959 (4,86%) nascidos de mães com idade entre 10 e 14 anos e 5.821.246 (95,14%) nascidos de mães com idade entre 15 e 19 anos.”

Os dados apresentados acima referem-se somente à saúde e segurança, mas a realidade das crianças brasileiras perpassa por questões como educação, direitos humanos, proteção à infância, entre outros. A partir deste ponto, podemos discutir o papel da escola, pois como ambiente formador e de desenvolvimento pleno dos estudantes, é necessário que a informação segura sobre sexualidade chegue até essas crianças como meio de prevenção e não como forma de repressão e censura.

4.1 A Educação formal crítica e reflexiva para superação da desinformação

A educação sexual a qual nos referimos nesse trabalho, é caracterizada pelo seu papel emancipatório e libertador, ou seja, com a função de ajudar a desenvolver uma compreensão saudável e informada sobre questões relacionadas à sexualidade.

Apontamos anteriormente, que existe um movimento no cenário brasileiro que tenta impedir a educação sexual nas escolas, por motivos morais e religiosos, e como meio de manutenção desse estado de repressão e censura à sexualidade, que muitas vezes é entendida somente como debate sobre relações sexuais, porém como apresentado nesse trabalho, a sexualidade faz parte do ser humano, mas além disso, precisamos reconhecer que esse debate ultrapassa barreiras “naturais” e refletir a sua fundamentação política e social, conforme cita Louro (2000, n.p):

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa idéia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente.

A partir do momento em que compreendemos que a sexualidade também é social e política, fomentamos a necessidade de discussão sobre a temática e da elaboração de políticas públicas, currículos norteadores e programas/projetos a serem executados na escola. A educação sexual que reforçarmos ser importante nos anos iniciais do ensino fundamental, não aborda assuntos irrealistas, mas sim, se refere à processos naturais da pessoa humana, e ao estar em convívio social, a criança tem contato, de formas subjetivas, com a sexualidade no sentido amplo, tanto com a própria quanto com a de outras pessoas, passando por categorias como: consentimento; imagem corporal; sentimentos e emoções; autoimagem, autoestima e autocuidado; performances de gênero; autoproteção; prazer e respeito; anatomia e diferenças corporais, dentre outras nuances apontadas na literatura científica.

Conforme citado anteriormente, um dos mecanismos mais utilizados para invalidar o debate acerca da sexualidade, são as fakes news, que tem como objetivo descredibilizar a temática e causar pânico moral na população. A educação sexual que estamos abordando nesse trabalho tem como um dos seus principais objetivos, a prevenção de violências, abusos e o combate a desinformação. Esse último tem sido

um dos fatores para vulnerabilidade e a disseminação desse pânico moral. De acordo com Casarotti (2009, p.74):

Ao ocultar os fatos sexuais das crianças, o adulto as conduz a suspeitar ainda mais da verdade, intensificando a sua curiosidade acerca do que não é revelado. A intensificação desse desejo, acontece no cotidiano; isto é, no convívio com outras crianças, nas leituras que induzem à reflexão, por meio da mídia e com o mistério que os pais fazem acerca dos fatos sexuais que acabam por vir à tona.

Ainda existem diversos equívocos referente à sexualidade, um dos principais é acreditar que existe ideologia de gênero e que se as crianças estudarem sobre a temática elas se tornarão homossexuais, por exemplo. A informação segura e repassada de forma adequada não influencia em questões como a citada no exemplo, mas sim, garantem que tenhamos uma sociedade que conhece e respeita as subjetividades, os afetos, o corpo, os sentimentos e o desenvolvimento do ser humano.

Citamos muitas vezes durante o trabalho, que uma das preocupações dos responsáveis está em ensinar sobre relações sexuais para crianças, mas é necessário que haja entendimento de que ao aplicarmos a educação sexual, assim como qualquer outro conteúdo ensinado na formação básica, ela possui uma progressão de complexidade, respeitando a fase de desenvolvimento das crianças e adolescentes que estão sendo ensinados. Por isso a regularização de um parâmetro educacional sobre a temática é essencial, para garantir a criação de um plano norteador seguro e eficiente.

4.2 Educação sexual: ganhos no processo formativo de crianças e adolescentes

Apresentamos no início deste capítulo dados referentes à saúde e segurança, que estão ligados à temática, e essas são as áreas que nos vem à mente assim que pensamos em quais os impactos da educação sexual. Sabemos que não são as únicas áreas impactadas, mas são consideradas as principais por termos dados tão alarmantes que demonstram os resultados da vulnerabilidade infantil. Mas como outros impactos positivos, podemos citar o conhecimento e compreensão que

permitem tomadas de decisão informadas, redução de estigmas e tabus, redução de riscos e empoderamento.

Lembramos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) apresenta no Art. 15, Capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade que “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

Existem muitas práticas que podem e são executadas para a garantia desses direitos, e a educação é uma dessas principais medidas. Ainda no mesmo capítulo citado acima, nos incisos II e VII do Art. 16, são apresentados alguns aspectos compreendidos no direito à liberdade, sendo eles o direito à opinião e expressão e o direito de buscar refúgio, auxílio e orientação, respectivamente (ECA, 1990).

Quando apontamos os ganhos no processo formativo de crianças e adolescentes, pensamos inicialmente em segurança e saúde, a educação sexual em caráter preventivo é essencial para o combate ao assédio e violência infantil, por isso, a educação sexual é um mecanismo importante para que crianças e adolescentes saibam reconhecer situações de abuso e assédio, pois muitas vezes o assédio é disfarçado de carinho e brincadeiras, e infelizmente é cometido, na maioria dos casos, por pessoas próximas.

Comumente vemos notícias em que ao ser realizada uma palestra ou evento sobre a temática nas escolas, crianças identificam e relatam as violências as quais são submetidas, por exemplo, a notícia publicada pelo portal G1 em 20 de setembro de 2023¹⁰, que ocorreu em uma escola no município de Cruz, no Ceará é um retrato disso. A matéria possui como título contundente a seguinte frase “Após palestra sobre educação sexual, criança denuncia padrasto por estupro e homem é preso” (G1 CE, 2023). Na reportagem o delegado Júlio César Chiarini, responsável pelo caso afirma “Muitas vezes, as crianças não têm esse conhecimento de que estão sendo abusadas e esse tipo de ação é muito importante para a prevenção e repressão” (G1 CE, 2023).

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/09/20/apos-palestra-sobre-educacao-sexual-crianca-denuncia-padrasto-por-estupro-e-homem-e-preso.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

A reportagem que citamos aqui é apenas uma dentre tantas que podem ser facilmente acessadas na internet e em reportagens televisivas.

Quando apontamos os ganhos na área da saúde, podemos citar o entendimento e respeito sobre o próprio corpo, pois a sexualidade nos acompanha desde o nascimento, e um dos pontos da sexualidade está ligada ao corpo, portanto, conhecer o próprio corpo, os processos de desenvolvimento, como cuidar dele é uma questão de saúde. Entender que o corpo vai passar por mudanças naturais durante a puberdade como o crescimento de pelos, surgimento de acne, aumento dos seios, início do ciclo menstrual nas meninas e crescimento do pênis e alteração da voz nos meninos, compreender que cada pessoa possui um desenvolvimento subjetivo, respeitar as diferenças entre os corpos, além da saúde física, são temáticas que estão relacionadas ao bem-estar mental dessas crianças.

Apontamos ainda referente ao bem-estar mental, que muitas crianças e adolescentes, quando apresentam interesse sobre a temática, fazendo questionamentos simples, sobre o seu desenvolvimento, sobre o próprio corpo, sobre relações afetivas em geral, são repreendidas e até castigadas. O argumento principal é de que tais temas “não são assuntos de criança”, logo, a culpa e a vergonha se tornam sentimentos frequentes e, apesar da curiosidade não ser sanada ou podada, esses sujeitos crescem com um forte sentimento de incompreensão e deslocamento, por não entenderem a si próprios e não saberem a quem e como recorrer.

Além disso, a educação sobre o respeito ao próprio corpo e ao corpo de terceiros, é essencial para o entendimento das crianças sobre consentimento. É necessário que os responsáveis estejam envolvidos nesse processo, pois é usual que os responsáveis não respeitem quando uma criança não deseja ser abraçada por adultos, independente do grau de parentesco ou amizade. Desde pequenas muitas crianças e adolescentes são expostas a situações em que não possuem o direito de consentir sobre si mesmas, conseqüentemente, esse ciclo se perpetua e se tornam adultos que não entendem e não respeitam a necessidade de consentimento em qualquer relação.

Além disso, conforme citado no primeiro capítulo deste trabalho, as aulas sobre saúde sexual e reprodutiva estão previstas somente para o oitavo ano do ensino

fundamental, com foco nos métodos contraceptivos e reprodução humana, porém, a exposição de crianças a relações sexuais, principalmente no âmbito virtual, ocorre cada vez mais cedo e de forma simplificada. Os conteúdos disponíveis na internet abrangem os mais diversos conteúdos e temas, e é necessário que tenhamos cuidado com o que acessamos, pois conforme falado anteriormente, ocorrem muitos casos de fake news, essa facilidade de acesso pode propagar a desinformação e incentivar práticas não seguras e maléficas, podendo deixar marcas duradouras para a vida inteira.

Um estudo divulgado no dia 25 de outubro de 2023, realizada pelo Cetic.br¹¹, um centro de estudos ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco), mostra que as crianças brasileiras estão acessando a internet cada vez mais cedo, ao todo 95% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usam internet, o equivalente a 25 milhões de pessoas. Outro alerta que a pesquisa nos traz, é que o contato com as telas ocorre cada vez mais cedo, “Em 2023, 24% dos entrevistados disseram ter começado a se conectar à internet antes dos 6 anos de idade. Em 2015, esse percentual era de 11%.” (G1, 2023). Luisa Adib, coordenadora da pesquisa, ressalta ainda na matéria, a importância de supervisão e mediação dos responsáveis e educadores, “para que ela possa de fato aproveitar dos benefícios e desenvolver resiliência para quando ela se deparar com algum risco, que vai ser inevitável nesse ambiente, como é inevitável em outros ambientes que ela circula.” (G1, 2023). A preocupação com as relações virtuais se faz presente quando pensamos nas novas práticas docentes, pois a tecnologia faz parte da sociedade e o acesso instantâneo a qualquer tipo de informação, pode ser muito perigoso para as crianças, que não possuem a capacidade de discernir qual conteúdo é seguro ou não.

Outro ganho no processo formativo de crianças e adolescentes é o desenvolvimento de autonomia e empoderamento desses sujeitos, visto que permite que estes passem a tomar decisões informadas, o que conseqüentemente causa a redução de estigmas e preconceitos. Ao permitirmos que crianças e adolescentes se sintam seguros para discutir a sexualidade, estamos avançando enquanto sociedade,

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/25/estudo-mostra-que-criancas-brasileiras-estao-acessando-a-internet-cada-vez-mais-cedo.ghtml>. Acesso em 13 nov. 2023.

pois o debate franco e com informações seguras, com o objetivo de educar e orientar e não de reprimir, é muito difícil de ocorrer, conforme cita Louro (2000, n.p):

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política.

Apontamos ainda, que a escola pratica uma pedagogia da sexualidade (LOURO, 2000), porém, repressiva e abordando somente o que é considerado “normal”. Podemos observar práticas dessa pedagogia quando as brincadeiras e atividades são divididas entre meninos e meninas, quando há a repressão de qualquer indício de identidade transgressora de gênero dessas crianças e adolescentes, quando o afeto entre meninos é tido como incentivo à homossexualidade, bem como a educação restrita e excludente voltada para o que é feminino e o que é masculino. Nesse contexto “meninos e meninas aprendem desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade admitidos na cultura em que vivem.” (LOURO, 2000, n.p).

Nesse sentido, um dos benefícios com a prática de educação sexual na proposta deste trabalho, é a redução de violências, preconceitos e do bullying, entendemos que os comportamentos apresentados pelas crianças não são de total responsabilidade da escola, e a família tem grande participação no incentivo desses comportamentos nocivos, mas com uma prática escolar que fomenta o respeito às diversidades, o diálogo e o acesso à informação segura, podemos incentivar uma geração menos violenta, mais informada e mais tolerante nos assuntos sobre sexualidade. Conforme Fiorini (2020) a escola tem papel fundamental na formação de crianças e adolescentes, pois a sua atuação perpassa os muros escolares, cabendo a ela lidar com assuntos que circundam o campo social, sendo polêmicos ou não. Porém, conforme as dificuldades que foram apontadas anteriormente neste trabalho, Fiorini (2020, p. 174) aponta:

Assim, as tentativas de implementar a educação sexual na escola, ao invés de proporcionarem a superação de compreensões que estimulam o preconceito, a ignorância em relação à sexualidade e ao gênero, reproduzem concepções limitadas sobre o assunto, em grande parte relacionando-se a

doenças ou à reprodução humana, quando não ocorre a repressão ou a ignorância das manifestações sexuais no espaço escolar.

Em suma, os benefícios na formação de crianças e adolescentes são variados e amplos, relacionados à segurança, bem estar físico e emocional, promoção à saúde, conhecimento adequado e seguro, redução de estigmas e preconceitos, desenvolvimento de autonomia e empoderamento, sendo alguns apontados em documentos oficiais como direitos fundamentais da pessoa e humana e especificamente das crianças e adolescentes, estando previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste trabalho que o tema da educação sexual, é um tema fundamental para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens. No que concerne as instituições escolares, a legislação sinaliza a possibilidade e a necessidade de que este seja trabalhado em pelo menos dois momentos durante a formação básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental é apontado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais como temática transversal, pois é um assunto que não pertence a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessa todas elas, pois delas faz parte e a traz para a realidade dos estudantes.

Nos anos finais do ensino fundamental é prevista na BNCC (2017) apenas no 8º anos e abordando especificamente sistema reprodutor, métodos de contracepção e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis. O fato de a temática ser prevista em somente uma disciplina, em uma das fases de ensino, é contraditória ao que é apontado anteriormente, uma vez que ambos os documentos são complementares. Apesar de previsto nos PCN's como temática transversal, a temática tende a ser identificada como conteúdo opcional e não é comumente abordada nas escolas, conforme apontam os estudos e análises trazidas nesse trabalho.

Observamos que a educação sexual, aplicada atualmente nos espaços escolares, tem assumido um caráter de orientação sexual, tratada de forma superficial, pois não permite o debate dos alunos sobre outros tópicos da sexualidade em seu sentido amplo e vital. No geral, as escolas tendem a podar a curiosidade de crianças, e a reprimir a expressão de opiniões e atitudes comportamentais que de alguma maneira, transbordam os estereótipos e identidades estabelecidas e consideradas verdadeiras.

Conforme apontado no trabalho, os impactos positivos dos processos formativos que pautam tais questões perpassam os muros escolares. A educação sexual que defendemos permite que as crianças conheçam a si mesmas e respeitem o seu próprio corpo e os corpos de outras pessoas, assim como seus ciclos de desenvolvimento. Permite que identifiquem um assédio e uma situação de risco e saibam como denunciar. Orienta as crianças para que não reproduzam ciclos de

violência e agressões, reduzindo estigmas e preconceitos estruturais. Permite que as crianças sintam confiança em expor suas dúvidas, em questionar, em buscar se entender e entender o mundo que os cerca, possibilitando que desenvolvam relações de afeto com mais respeito e entendimento sobre consentimento. Isso contribuirá para a formação de uma geração mais saudável fisicamente e psicologicamente, aberta ao diálogo e à diversidade.

Quanto aos adolescentes e jovens, uma formação crítica e reflexiva os permite agir de forma segura e saudável, a como prevenir infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce, quando estes decidirem iniciar a sua vida sexual, com responsabilidade e respeito a si e aos outros. Todos os impactos positivos que apontamos anteriormente, não possuem significado particular, ou seja, por mais que o impacto direto seja sobre as crianças e adolescentes em formação, isso consequentemente toca outras pessoas, a sua comunidade, as pessoas que os cercam e se propagam.

Dentre os desafios, podemos observar que existem percalços em todas as instâncias que atravessam a educação pública e privada no Brasil. Nesse sentido, podemos citar a dificuldade de alguns setores da sociedade em compreender e respeitar os princípios da laicidade do Estado e a influência das religiões cristãs, sobretudo de base fundamentalista, que tem também se posicionado contrariamente aos debates sobre educação sexual nos espaços escolares. Outro fator importante diz respeito a ausência uma legislação específica ou um parâmetro norteador como a BNCC. As escolas que decidem executar projetos e campanhas sobre educação sexual decidem o que discutir e como, e isso pode acarretar equívocos, e/ou a utilização de metodologias inadequadas.

Além disso, outro ponto crucial, é a falta da capacitação de professores. É de conhecimento comum que os professores possuem uma carga horária excruciante e muito atribulada, fato que compromete muitas vezes a realização dos planejamentos de aula adequados, e ainda mais para a participação em momentos de formação. A falta de capacitação deixa os professores inseguros sobre o que abordar em sala e como abordar, por isso, muitos consideram que a melhor solução é não abordar o tema.

Consideramos que outro desafio enfrentado em relação à educação sexual na formação dos alunos, é a resistência dos responsáveis e da comunidade em geral, o pânico moral que é propagado acerca da sexualidade e da educação sexual, muitas vezes impede que a população busque entender que educação sexual não se refere somente às relações sexuais, que não significa o rompimento da inocência e pureza e a erotização infantil, que não significa influenciar crianças a se tornarem homossexuais, o que já apontamos não ser possível. Esses três pontos, são as maiores dificuldades para a implantação da educação sexual nos espaços escolares, mesmo com a previsão dos PCN's sobre o currículo.

Em suma, consideramos que a educação sexual no currículo dos anos iniciais do ensino fundamental é essencial para a formação de crianças e adolescentes, e o papel dessa educação deve ser libertador e emancipatório, e não, repressor. Não temos o objetivo de determinar que essa temática seja prioritária diante de outros conteúdos e temas previstos na educação básica, mas sim, defendemos que seja trabalhada de forma a contemplar todos os aspectos inerentes à sexualidade humana, respeitando as fases de desenvolvimento em que as crianças se encontram e respeitando crenças e opiniões familiares. O intuito deve ser sempre possibilitar que as crianças e adolescentes se desenvolvam plenamente e de forma segura.

REFERÊNCIAS

APÓS palestra sobre educação sexual, criança denuncia padrasto por estupro e homem é preso. **G1 CE**, Fortaleza, 20 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/09/20/apos-palestra-sobre-educacao-sexual-crianca-denuncia-padrasto-por-estupro-e-homem-e-preso.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiserver.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências, DF: Casa Civil, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: homologada em 20 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 08 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais – orientação sexual. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, DF. [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist>. Acesso em 12 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 1.004, de 21 de julho de 2023**. Define os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2023/2024, os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1004_25_07_2023.html. Acesso em: 31 ago. 2023.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. **História da educação sexual no Brasil:** apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41/42. Acesso em 20 ago. 2023.

CASAROTTI, Magda Helena Balbino. **Sexualidade na educação infantil:** Impasses dos professores diante das questões das crianças. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84JP7H>. Acesso em: 20 set. 2023.

CIDACS; ISC/UFBA; UNFPA. **Sem deixar ninguém para trás:** Gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência. Bahia: UNFPA, 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

ESTUDO mostra que crianças brasileiras estão acessando a internet cada vez mais cedo. **G1**, São Paulo, 25 out. 2023, *Jornal Nacional*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/25/estudo-mostra-que-criancas-brasileiras-estao-acessando-a-internet-cada-vez-mais-cedo.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FIORINI, Jessica Sampaio. **Educação sexual na escola:** currículo e práticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7mdtb/pdf/fiorini-9786559540068.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07 – 34. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 21º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso 28 jun. 2023. Acesso em 13 jun. 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. *In:* BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs.). **Indagações sobre currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. C. (Org). **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. 3° ed. Rio Grande: FURG, 2013. P. 11 – 16. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8998>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

TEIXEIRA, Raniery Parra; BIROLI, Flávia. **Contra o gênero**: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 38, 2022. DOI 10.1590/0103-3352.2022.38.248884. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7Q9vXQPDbLZHXY6CZM56XN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2023.